
Fábio André Hahn¹

**REFLEXOS DA PERFEIÇÃO:
ALGUNS ELEMENTOS DO GÊNERO
ESPELHOS DE PRINCIPES
NA IDADE MODERNA**

RESUMO: Este ensaio procura apresentar alguns aspectos do gênero literário *espelhos de príncipes* (*specula principum*), com a intenção de mostrar como este gênero literário, por muitos hoje desconhecido, formou desde o final da Idade Média uma importante tradição de influência no pensamento político europeu. São encontrados resquícios desse gênero em um grande número de autores da antiguidade, no entanto somente nos últimos séculos da Idade Média é que se desenvolveu em maior grau. Nesse sentido, torna-se importante destacar que autores como Maquiavel e Erasmo de Rotterdam, cada um a seu modo, propuseram algumas mudanças na concepção tradicional do gênero, que era contemplado por reflexões de orientação moral e política restritas e fechadas ao modelo cristão de virtudes.

PALAVRAS-CHAVE: História; Historiografia; Espelhos de Príncipes.

ABSTRACT: This subject searches for showing some aspects of the *specula principum* literature genre. Showing how this literature genre – unknown by many people – had formed its influence into the European political thoughts is its object. Remains of these genre can be found in many writings of some authors in antique time, however only in the last centuries of the Middle Ages it had got higher development. Into this sense, it's important to declare that writers as Maquiavel and Erasmo of Rotterdam, each with his individual style, had proposed some changes in the traditional conception of genre that had been contemplated by reflections of moral and political orientation restricted and closed to the Christian model of virtues.

KEYWORDS: History; Historian; Specula Principum.

Data de recebimento: 05/09/04. Data de aceite para publicação: 11/09/06.

¹ Aluno do Curso de Doutorado em História na Universidade Federal Fluminense. Professor Assistente do Curso de História da Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon. Endereço eletrônico: fabioandreh@bol.com.br.

Este ensaio procura apresentar alguns aspectos do gênero literário espelhos de príncipes (*specula principum*), com a intenção de mostrar como o gênero, originalmente medieval, foi concebido, além de apontar algumas mudanças no gênero e obras de grande destaque neste domínio.

O gênero, na forma como ele era empregado no período medieval, era contemplado por reflexões de orientação moral e política. Estas reflexões estavam ligadas ao modelo cristão de virtudes. Essa natureza literária era típica dos últimos séculos do período medieval até o início da Época moderna, adentrando com algumas características até o século XVIII.

O referido gênero, por muitas vezes, foi chamado como “manual de príncipes” ou, mais caracteristicamente, definido como “guia”, passando a ser conhecido como “espelhos de príncipes”. A estrutura é caracterizada por recomendações morais direcionadas aos príncipes ou aos “primogênitos” de reis. Passa, desse modo, a englobar toda uma legião de leitores do universo principesco europeu.

As obras do gênero espelhos de príncipes eram curtas, em termos de conselhos gerais. Segundo Ernst Cassirer, este tipo de literatura era muito popular no período medieval e renascentista. Conforme ele, “entre os anos 800 e 1700 publicaram-se perto de mil livros destinados a ensinar o rei como se devia conduzir a fim de ser ‘ilustre no seu elevado cargo’” (1976: 168).

O gênero espelhos de príncipes tem suas raízes calcadas em outro campo histórico-político. Parece ser pertinente a observação de Marcos Antonio Lopes, quando destacou que o espelhos de príncipes pode ser concebido como um subgênero da *Historia Magistra vitae* (história mestra da vida), sendo, nesse sentido, uma escala menor, mais objetiva e singular (cf. LOPES, 2001: 96). Esse subgênero era aplicado, em geral, aos grandes personagens da história. O gênero teria surgido nos meios eclesiásticos medievais, através das tentativas iniciais dos reis de propagarem o ideal monarquista para além das fronteiras, com o objetivo claro de impor seu poder e manter hegemônico.

Os reis precisavam empreender a “propaganda” como um meio de ganhar maior campo de atuação política. O caso de Santo Agostinho ilustra bem este fato. Ele foi um dos inspiradores do gênero na Época medieval, quando editou a *Cidade de Deus*. A obra parece ter contribuído para inspirar e consolidar o gênero através da proposição de que o rei, ao governar, deveria ter comportamento cristão para alcançar bom governo em seu reinado. Nessa perspectiva, o gênero é definido pela concepção teocrática das ações políticas pelas quais o governante

deveria reconhecer a verdade de Deus, o que quer dizer que o príncipe deveria ter clareza ao ocupar o trono, porque era propagador cristão e ponto de equilíbrio em meio às lutas para assegurar a felicidade de seu povo.

Dessa forma, percebe-se que o gênero foi marcado pela necessidade da adaptação do soberano à concepção política voltada à educação dos príncipes. Eles deveriam desenvolver virtudes adequadas ao modelo do príncipe cristão, tomando como premissas básicas a fé, a esperança e a caridade. É a base do catecismo da realeza medieval, que se transforma em alguns aspectos a partir do século XVI, com a reestruturação do gênero presente em alguns autores. Essa mudança foi acompanhada do declínio de aspectos específicos, mas manteve o gênero vivo nos séculos XVI e XVII, mas como resquício de uma tradição desgastada, revelando traços de sua fragilidade diante de estruturas políticas mais complexas.

Tomás de Aquino foi um dos que se destacou nesta abordagem no século XIII, período de auge da produção no gênero, nove séculos depois de alguns resquícios originários em Santo Agostinho. O destaque veio com a obra *Do governo dos príncipes*. Ele mostra que os bons governantes não deveriam realizar ações e cumprir deveres somente pela glória, mas, por algo muito maior, o “amor à eterna bem-aventurança”.

Para este mesmo período, Quentin Skinner apresenta um conjunto de obras que também foram usadas como “manuais de conselhos”, até mesmo antes dos tipicamente conhecidos espelhos de príncipes medievais. De acordo com ele, um dos mais velhos gêneros literários de conselhos era dirigido ao podestà e a outros magistrados urbanos em vez de ser dirigido aos príncipes, nascendo diretamente do *Ars Dictaminis*. Para ele, uma das obras mais antigas teria sido *O olho pastoral*, escrito em 1222. O gênero, segundo Skinner, teria influenciado fortemente o pensamento político da Renascença italiana (cf. SKINNER, 1996: 55). É o que se percebe nas obras do início da Época moderna, a que se atribui maior importância, perceptível pelo impacto de influência que sofreram.

Os primeiros textos de espelhos de príncipes eram usados na formação dos homens de poder. Estas obras eram o reflexo do modelo perfeito de príncipe. Um tipo que poderíamos chamar de imagem-guia. Através das primeiras publicações, o gênero teria criado padrão para a literatura, expondo virtudes que um bom governante deveria possuir, fato que serviu para fortalecer, anos mais tarde, o gênero. Este tipo de literatura teve o seu apogeu no século XV, mantendo virtudes cardeais

da Idade Média, que se concretizaram em parte com os primeiros moralistas da Renascença, pela exaltação das virtudes como prudência, magnanimidade, temperança e justiça. O período passou a produzir obras de conselhos não apenas *para os príncipes, mas também para seus cortesãos, entre os quais se destacava o panfleto O Perfeito Cortesão, de Diomedes Carafa, obra considerada como uma das primeiras deste gênero. Além do texto de Carafa, também O Cortesão, de Baldassare Castiglione, escrito entre 1513 e 1518, foi bastante difundido.*

Na Antigüidade clássica, é possível constatar primórdios do gênero, que, mais tarde, veio a se solidificar como espelhos de príncipes. Alguns aspectos são mostrados no trabalho Vir virtutis: a construção da imagem do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Sêneca, de Marcos Ehrhardt. No trabalho, percebem-se algumas características predecessoras do gênero, demonstrando que já havia resquícios da forma que, séculos depois, na Idade Média, originou o gênero espelhos de príncipes.

Além de Sêneca, indícios do mesmo gênero são encontrados em escritos de autores como Tito Lívio, Cícero e outros, cujas concepções de literatura moral e política serviram como base para a adoção e consolidação do gênero na Idade Média.

O trabalho de Sílvio Galvão de Queirós - “Pera espelho de todollos uiuos”: a imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta dá destaque à discussão a respeito do gênero. As crônicas de Gomes Eanes de Zurara, ligado à dinastia de Avis, discute a forma de identificação do rei com o povo como modelo e espelho da nação. Isto aparece na pesquisa sobre o tema, quando mostra que o cronista fazia construções modelares de exemplos, tanto para situações diversas, como para alguns personagens em específico. Estes exemplos eram projetados pedagogicamente tanto para o seu tempo, quanto para um futuro muito distante, com objetivo de que estes modelos pudessem ser usufruídos em outros tempos e em novas situações.

Dessa forma, Queirós mostra que este tipo de gênero estava preocupado com o presente e com o futuro, uma vez que, futuramente, os príncipes se espelhariam nas virtudes de feitos heróicos. Elas serviriam para intermediar as relações entre dois pólos sociais: o rei e o povo. Desta forma, seria possível concretizar os modelos virtuosos cristãos, usando mais objetivamente a autoridade sobre os súditos. Os preceitos virtuosos eram direcionados não apenas aos reis, mas também ao povo, com o intuito de que também ele os praticasse.

O gênero espelhos de príncipes teve uma variação em sua aplicação prática, no entanto os ingredientes permaneceram os mesmos. Tomando como base os modelos clássicos dos antigos, tentando

direcioná-los para a satisfação dos interesses dos meios eclesiásticos, os escritores políticos da Idade Média encontraram meios de atender às necessidades práticas tanto da Igreja como do Estado. Eles tinham que caminhar de mãos dadas, o que se confirmou a posteriori, na Época Moderna, com a constituição dos Estados absolutistas. Para a Igreja alcançar maior abrangência espacial, necessitava do poderio do Estado, que poderia agir com métodos variados, até mesmo utilizando a violência. O interesse do Estado estava na mesma ordem, porque a conquista não era o maior problema, mas, sim, a adesão e o consentimento, para ocupar e manter o espaço conquistado. A Igreja encontrou métodos eficientes valendo-se de meios eficazes de propagação ideológica da monarquia. Dessa forma, como é percebido na Perfeição do político de Alexandre Pierezan, na Época moderna, “os teóricos do absolutismo reformulam preceitos da moral, da virtude e da prudência, promovendo um certo renascimento da noção de príncipe” (Pierezan, 2004: 46), no entanto, mantendo alguns dos mesmos ingredientes já concebidos na Idade Média.

Para Bernard Guenée, o gênero passou a ganhar mais força a partir da obra Gilles de Roma, *De regimine principum*, escrita na metade do século XIII. Lida por muitos, ela influenciou autores durante dois séculos, até culminar no século XV. Foi neste período que foi iniciada a reformulação do gênero. Não foi generalizado, uma vez que se ateu a territórios específicos como o francês, o borgonhês e o italiano. Nestes territórios, destacaram-se três obras tão concomitantes e ao mesmo tempo tão diferentes, como *O Príncipe* de Maquiavel, (1513), *a Institutio principis christiani*, de Erasmo (1516) e *a Instruction d'un prince*, de Guillaume Budé (entre 1516 e 1519).

O novo príncipe passou por grandes mudanças, como mostra Guenée em sua obra. Ele frisa que o príncipe ideal de 1500 não era mais o mesmo de antes, dos anos 400. As qualidades da virtude que se usavam na Idade Média permaneceram vivas em alguns escritores, que preservaram as características de belo, bom e sábio.

No entanto, os dois autores de maior impacto nesse gênero no início da Época moderna são Erasmo de Rotterdam e Maquiavel. Algumas divergências parecem claras entre estes dois autores. Maquiavel constatou que o gênero literário espelhos de príncipes necessitava ser reformulado. Ele propôs explorar virtudes principescas que rompem com o modelo da Idade Média. Ou seja, criou um novo catálogo de virtudes e vícios. O novo retrato do rei era constituído por uma nova moralidade. Nessa perspectiva, o gênero foi reformulado por meio de uma flexibilização da moral. Isto começou a acontecer, porque

Maquiavel percebeu que o sangue, ou seja, a hereditariedade, não bastaria para formar o bom príncipe. Ele poderia até legitimar-se, mas necessitaria de ações valorosas que caracterizassem o seu valor individual.

No caso específico de Maquiavel, percebe-se que houve significativas alterações na concepção original que se tinha do gênero. As características passaram a não mais fazer alusões aos escritos anteriores, em geral cristãos. Nos termos originais do gênero, a Igreja era quem delimitava as virtudes pessoais, mostrando que, acima de tudo, o príncipe deveria ser cristão antes mesmo de ser príncipe. Sendo assim, ele deveria “sempre praticar a virtude” cegamente, o que, em parte, passou a ser combatido por Maquiavel, quando ele afirma que “será fácil perceber que certas qualidades que parecem virtudes levam à ruína, e outras que parecem vícios trazem como resultado o aumento da segurança e do bem-estar” (Maquiavel, 1982:106). Com isso, Maquiavel quis mostrar que o objetivo final é o Estado, sendo que, para a sua manutenção, todos os meios de ação são válidos. A ressonância de suas idéias produziu uma série de obras entre as que atribuíam extrema genialidade a ele e as conhecidas como anti-maquiavelianas, que o rejeitavam totalmente, como é o caso da obra de Frederico da Prússia, intitulada o Anti-Maquiavel.

Já, para Erasmo de Rotterdam, o gênero espelhos de príncipes apresenta um modelo prescrito por Deus. A união da moral e do espírito cristão para Erasmo entram em perfeita conexão com a arte de governar, contrariando totalmente uma concepção maquiaveliana. Portanto, para Erasmo, o imperador deveria aparecer como o dominus mundi e o império como uma unidade espiritual cristã. Erasmo procurou mostrar que o príncipe deveria estar ciente de todos os preceitos cristãos, como mostrou na Educação do príncipe cristão, ao tratar da guerra: “depois que o príncipe tiver calculado todos os males que derivam de uma guerra (se é que pode ser calculado), medite consigo: Eu vou ser o autor de tantos males? Serei eu o único responsável por tanto sangue humano, de tantas viúvas, de tantas casas em pranto, (...) da perdição dos costumes, das leis e da piedade? Tendo que responder tudo isso diante de Cristo?” (Rotterdam, 1996:173). Dessa forma, Erasmo ressalta os princípios que fazem parte das ações do príncipe, ou seja, o “freio moral” que restringe as suas atitudes. Com essa obra, Erasmo abriu, de certa forma, o campo para a expansão do gênero espelhos de príncipes. No mesmo século XVI, surgiram obras como Relógio de príncipes, em 1534, de Antonio de Guevarra, Religião e virtudes de um príncipe cristão, de Pedro Rivadeneira, em 1595, e

De Rege et Regis institutione, de Juan de Mariana, em 1599, dentre várias outras importantes obras desse gênero.

O gênero literário *specula principum* teve um papel muito importante na história. Serviu como literatura pedagógica de grande influência na formação tanto dos grandes homens do poder, quanto das pessoas comuns. As obras deste estilo literário tiveram um público leitor grande e fiel, sendo, portanto, um dos gêneros mais lidos no final da Idade Média e início da Época Moderna.

REFERÊNCIAS

- CASSIRER, E. **O mito do Estado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.
- EHRHARDT, M. L. **Vir virtutis**: a construção da imagem do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Sêneca. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- GUENÉE, B. **O Ocidente nos séculos XIV e XV**: os Estados. São Paulo: Pioneira: Edusp, 1981.
- HAHN, F. A. **A realeza heróica nos textos históricos e políticos de Maquiavel**. 2003. 139f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- LOPES, M. **No tempo de reis e feiticeiras**. São Paulo: Scrinium, 2001.
- MAQUIAVEL, N. **A arte da guerra. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o arqui-diabo. O Príncipe**. 2 ed. Brasília: Editora UnB, 1982.
- PIEREZAN, A. **A perfeição do político**: a idéia de príncipe no testament politique do Cardeal de Richelieu. Curitiba: Prephacio, 2004.
- QUEIRÓS, S. G. de. “O Infante D. Henrique e o Rei D. Afonso V – Duas Imagens nos Espelhos de Príncipes de Gomes Eanes de Zurara. Portugal – Século XV”. In: ROLIM, R. C., PELLEGRINI, S. A.; DIAS, R. (Orgs.). **História, espaço e meio ambiente**. Maringá: ANPUH-PR, 2000.
- ROTTERDAM, E. **Educación del príncipe cristiano**. Traducción de Pedro Jiménez Guijarro y Ana Martín. Madrid: Tecnos, 1996.
- SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.